

Anos de incerteza: a implantação da ordem republicana

Abertura

No final da Aula 19, você acompanhou os eventos que marcaram o fim do Império. Pôde perceber que a derrubada da monarquia foi um acontecimento incruento, sem grandes conflitos e sem maior participação popular. Muitos confundiram a deposição do governo com uma parada militar. Passada a vitória, restava saber o que fazer com ela - o que fazer com o poder.

Nesta aula, veremos que os diversos grupos civis e militares que proclamaram a República tiveram uma enorme dificuldade de produzir um acordo duradouro que pudesse ordenar o novo regime. Foram quase dez anos de crise, anarquia, incertezas. A República ainda não encontrara o seu rumo.

Movimento

A Constituição de 1891

“Rei morto, rei posto”. Esse velho ditado, utilizado nas monarquias para tratar da sucessão, não servia mais para o Brasil republicano. Rei deposto, vida nova, era o que se anunciava.

Ainda no dia 15 de novembro, foi organizado um governo provisório encarregado de estabelecer a República em nosso país. Sua composição refletia, de certa forma, a **heterogeneidade** do movimento republicano:

- na chefia, o marechal Deodoro da Fonseca, “herói da proclamação”;
- no ministério, uma divisão de pastas entre os principais focos republicanos: São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro;
- destacava-se ainda a presença de Benjamin Constant, professor e doutrinador positivista na Escola Militar.

Militares e civis dividiam o poder. Para Deodoro e vários colegas de farda, a República era sinônimo de **recuperação da honra militar**. Segundo eles, o regime monárquico era dominado por uma elite de bacharéis inteiramente contrária aos interesses militares.

A posição do grupo pode ser assim resumida: a República era a salvação do Exército.

José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*, p. 40

Entre os militares - especialmente os mais jovens -, e também entre os civis, desenvolveu-se a corrente positivista. Para eles, a República era a

salvação da Pátria. (...). A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material(...), e a liberdade espiritual, isto é, a quebra dos monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião e a ciência.

José Murilo de Carvalho, A formação das almas, p. 42

A corrente positivista, mesmo dividida, teve ativa influência na vida política brasileira na primeira década republicana. Essa corrente, em geral, discordava das idéias liberais de representação política e defendia um governo forte e centralizado, capaz de garantir a ordem e o progresso.

Já para grande parte das elites civis, o importante, naqueles primeiros tempos de República, era promover a **institucionalização do regime**, isto é: caminhar para a criação de leis e instituições que afastassem qualquer ameaça de ditadura militar de Deodoro ou de qualquer outro.

Para essas elites, o modelo republicano passava necessariamente pelo ideário liberal. Defendia-se a ação individual, o mercado, a liberdade política, a divisão do governo em poderes e, finalmente, o **sistema federalista**, capaz de assegurar autonomia aos interesses regionais.

A convocação de uma Assembléia Constituinte e a consagração dos princípios liberais na Constituição de 1891 foram as principais vitórias das elites liberais no início da República.

A aprovação da nova Constituição, em fevereiro de 1891, reordenou a vida política brasileira. O Estado imperial e suas instituições de inspiração européia foram substituídos pelo **modelo republicano norte-americano**. O país finalmente tornava-se americano, como reivindicara o Manifesto Republicano de 1870.

Além da forma de governo republicana, típica da América, a Constituição consagrou o princípio federalista, que garantia ampla autonomia aos Estados (antigas províncias). O federalismo expressava-se na possibilidade de os Estados organizarem forças militares próprias, criarem impostos sobre a exportação e ainda estruturarem uma justiça estadual. Ao governo federal cabia a organização das forças armadas, a emissão da moeda e o poder de intervenção nos Estados em caso de perigo para a ordem republicana.

Essas foram as mais importantes alterações estabelecidas pela nova Constituição na vida política brasileira. O Estado brasileiro, criado no Império sob a égide da centralização, buscava agora outro ponto de equilíbrio, que obrigatoriamente deveria levar em conta os interesses regionais, os interesses dos Estados.

Como era de esperar, a nova Carta pôs fim ao Poder Moderador, exclusivo do imperador. Estabelecia a divisão em três poderes: Legislativo, Executivo, e Judiciário.

O Poder Legislativo passou a ser composto por uma Câmara dos Deputados, com deputados eleitos proporcionalmente à população dos Estados, e um Senado Federal que deixava de ser vitalício, com três senadores por Estado. Os Estados com maior população - como Minas Gerais, São Paulo e Bahia -

foram bastante beneficiados pela nova legislação, pois formavam grandes bancadas na Câmara dos Deputados. Isso lhes garantia amplas parcelas de poder.

O Poder Legislativo ganhou consistência política. O Poder Executivo não possuía mais o direito de dissolvê-lo. O Poder Executivo passava a ser chefiado por um presidente da República, auxiliado por ministros nomeados diretamente por ele. Adotava-se o **sistema presidencialista**. Estava extinta a experiência parlamentarista do Império.

O sistema eleitoral também passou por mudanças. O voto agora passava a ser **universal**, substituindo o censitário, que exigia uma renda mínima para a participação na eleição. As eleições passaram a ser diretas para a presidência da República, para os governantes dos Estados e para os órgãos legislativos federal e estaduais.

Essas importantes novidades, no entanto, não foram acompanhadas de medidas que pudessem ampliar substancialmente a participação popular nas eleições. Foram mantidas as restrições ao voto das mulheres e dos analfabetos. Permaneceu ainda o voto aberto, ou seja, público, não secreto.

Em tempo

O historiador José Murilo de Carvalho nos conta que desde a reforma eleitoral de 1881, ainda no Império, houve uma importante redução no número de eleitores no Brasil. Foi introduzido o voto direto e alfabetizado, o que fez com que a participação eleitoral caísse de cerca de 10% para menos de 1%. A República não alterou esse quadro.

Com a República houve um aumento pouco significativo para 2% da população (eleição presidencial de 1894).

José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*, p. 43

A Constituição republicana, mesmo não incorporando amplos setores da população, produziu importantes mudanças políticas. Introduziu um novo modelo político descentralizado. Garantiu amplos poderes aos Estados e ao Poder Legislativo. Necessariamente, o presidente da República teria de ser capaz de negociar com essas duas forças.

Mas, como veremos, não foi bem isso o que ocorreu nos primeiros governos republicanos.

Pausa

Releia a Aula 14 e compare as Constituições de 1824 e 1891.

Simbologia republicana

A República necessitava não apenas de um pacto político. Precisava também tocar os corações de todos os brasileiros, ou melhor, “formar suas almas”, como disse um historiador. Para isso, nada melhor do que interpretar e reconstruir o passado segundo os seus objetivos. Nada melhor do que criar um conjunto de símbolos.

Na construção da simbologia republicana, também esteve presente o conflito entre as diversas facções políticas. A corrente positivista obteve algumas vitórias importantes. A mais significativa delas aconteceu no episódio da mudança de um importante símbolo nacional: a bandeira.

No dia da proclamação da República, alguns republicanos empunharam pelas ruas da capital uma bandeira semelhante à norte-americana, com faixas horizontais nas cores verde e amarela, que ficou conhecida como “bandeira americana”. Os positivistas não gostaram e conceberam uma nova, que tivesse maiores ligações com a nossa história. O modelo positivista tomou por base a bandeira imperial.

Conservaram o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul. Retiraram da calota os emblemas imperiais: a cruz, a esfera militar, a coroa, os ramos de café e tabaco. As estrelas que circulavam a esfera foram transferidas para dentro da calota. A principal inovação, que gerou maior polêmica, (...) foi a introdução da divisa “ordem e progresso” em uma faixa que, representando o zodíaco, cruzava a esfera em sentido descendente da esquerda para a direita.

**José Murilo de Carvalho,
A formação das almas, p. 112-113**

Apesar das resistências de alguns liberais, a bandeira positivista foi adotada como oficial ainda em novembro de 1889.

A mais importante construção simbólica republicana foi, no entanto, a recuperação da figura de Joaquim José da Silva Xavier - o Tiradentes, propositadamente esquecido na época imperial.

A monarquia, como sabemos, construíra em torno de d. Pedro I a aura de herói da independência. Mas, no final do Império, a história do Tiradentes mártir da luta contra o domínio português já havia sido recuperada pelos republicanos.

Surgira, no Rio de Janeiro, o Clube Tiradentes, que passara a cultivar a memória do herói. Todos os anos, no dia 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes, seu nome e seu sacrifício eram lembrados.

Nas homenagens, muitas vezes, utilizava-se a imagem do herói como o Cristo crucificado. Com a República, a data se transformaria em feriado nacional, e essa imagem seria reforçada.

José Murilo de Carvalho, com base em jornais de época, assim descreve as homenagens prestadas a Tiradentes no feriado de 21 de abril de 1890:

O préstito saiu dos arredores da Cadeia Velha, em que Tiradentes estivera preso, prosseguiu até a Praça Tiradentes e daí até o Itamaraty, onde Deodoro saudou os manifestantes. Acompanhavam o desfile representantes dos clubes abolicionistas e republicanos, (...) e, em destaque, os positivistas, levando em andor um busto do mártir esculpido por Almeida Reis. (...) Era a celebração da paixão (Cadeia Velha), morte (Praça Tiradentes) e ressurreição (Itamaraty) do novo Cristo.

José Murilo de Carvalho, A formação das almas, p. 64-65



Deodoro da Fonseca

Em tempo



A criação da figura de Tiradentes como herói cívico deu resultado. Sua imagem firmou-se no imaginário popular. Para isso, contribuíram os fatos de ele nunca ter exercido violência contra outras pessoas, de ter sido vítima de uma traição de Silvério dos Reis, o **novo judas**, e de ter assumido toda a culpa da conspiração. Tudo isso

(...) calava profundamente no sentimento popular, marcado pela religiosidade cristã. Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro.

José Murilo de Carvalho,
A formação das almas, p. 68

Pausa

Pense um pouco, pesquise, e procure identificar personagens importantes da história brasileira que também foram marcados pela imagem do sacrifício pessoal em defesa da nação.

Todos contra todos

A mudança de regime, em qualquer país, não é algo fácil. Em geral, há um certo tempo de acomodação dos diversos interesses dos grupos vencedores. Na República brasileira, esse tempo foi relativamente longo, cerca de dez anos. Nem mesmo a Constituição de 1891 conseguiu sanar a crise. Foram anos de incerteza e conflito.

Na raiz de tudo isso estava, entre outras coisas, a falta de uma melhor definição sobre o papel que o Poder Legislativo e os Estados deveriam ter no novo regime republicano.

O primeiro presidente da República (eleito pelo Congresso), Deodoro da Fonseca, não conseguiu conviver com um Legislativo forte e **indissolúvel**. Em novembro de 1891, fechou o Congresso, com o objetivo de fortalecer

as atribuições do Poder Executivo. Sem apoio político e militar, foi obrigado a renunciar três semanas depois.

Com a renúncia, tomou posse o vice-presidente, Floriano Peixoto, militar como Deodoro. No seu curto governo (1891-1894), Floriano enfrentaria vários problemas militares e uma dupla revolta: da Marinha e dos federalistas no Rio Grande do Sul. Floriano pôde contar com apoio do Congresso, comandado pelas oligarquias regionais que queriam manter a ordem republicana. Contaria ainda com a adesão de grupos na capital federal, os chamados “jacobinos”, interessados em combater os monarquistas e todos aqueles considerados “inimigos da República”.



Floriano Peixoto

Revolta da Armada

Nem a eleição do civil e paulista Prudente de Moraes conseguiu acalmar aos ânimos. O clima permanecia tenso; nas ruas, os jacobinos denunciavam as indecisões do governo no combate aos monarquistas; havia a fragmentação política no Congresso e, no interior da Bahia, as sucessivas derrotas do Exército perante os rebeldes de Canudos, liderados pelo beato Antônio Conselheiro, que pregava a criação de uma comunidade livre de pecados e criticava a ordem republicana. Em meio a tudo isso, conspirações políticas tentavam derrubar o governo.



Em novembro de 1897, a crise atingiu o ápice: o presidente Prudente de Moraes sofreu um atentado político. Conseguiu sobreviver, e em seu lugar morreu o ministro da Guerra, Machado Bittencourt.

A fracassada tentativa de assassinato do presidente promoveu uma completa reviravolta política. Prudente de Moraes conseguiu terminar seu mandato e eleger seu sucessor, o paulista Campos Sales.

Últimas palavras

Nesta aula, estamos concluindo a segunda parte do nosso curso.

Em dez aulas, percorremos os diversos momentos da construção do Estado monárquico brasileiro. Tivemos também a oportunidade de estudar as principais razões que levaram à queda do Império.

Na última década do século XIX, com a República, o Brasil iniciava uma nova experiência política. Como vimos, foi uma árdua experiência. Foram anos difíceis. Houve conflito para todo gosto: militares contra militares, civis contra militares, civis contra civis, problemas regionais e outros. A República ainda não encontrara seu leito natural. O Estado republicano ainda estava por ser construído.

Como isso seria feito? Como seria possível criar instrumentos que assegurassem a estabilidade política? É o que veremos nas próximas aulas.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **A Constituição de 1891** e explique a seguinte afirmação contida no texto: “O Estado brasileiro, criado no Império sob a égide da centralização, buscava agora um outro ponto de equilíbrio, que obrigatoriamente deveria levar em conta os interesses regionais, os interesses dos Estados”.

Exercício 2

Releia o item **Todos contra todos** e identifique algumas dificuldades encontradas pelos primeiros governos para construir a ordem republicana.

